

**ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HIDRICOS – CEHIDRO.**

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito, às 09h 15min no Auditório do Museu das Águas, ocorreu a 16ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da ATA da 15ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; Informes; Aprovação da Resolução nº 19, que trata do estabelecimento de procedimento para análise de processos pelo CEHIDRO; Aprovação da Moção nº 05, que trata de solicitação à SEMA para que notifique as Operadoras do Serviço de Saneamento Ambiental no Estado para licenciar seus Sistemas de Tratamento de Água e Esgoto; Aprovação da Moção nº 06, que trata da proibição de captação de água na Lagoa Paiaguas; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO o Senhor Luiz Henrique Magalhães Noquelli, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO, e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Telma Luzia Monteiro, representante da SES; Sr. José do Carmo Ferraz filho, representante da SICME; Sra. Edenir Maria Serigatto, representante da UNEMAT; Sr. Alexandre Silveira, representante da UFMT; Sra. Cíntia Barroca de Castro, representante do IBAMA; Sra. Eliana Beatriz Nunes Rondon, representante da ABES; Sra. Eliana Freire Gaspar de Carvalho Dorcas, representante da ABAS Sra. Ildisneya Velasco Dambros e Sra. Vânia Tarcila Borges, representantes da SANECAP; Sr. Wilmar José Franzner, representante da FIEMT; Sr. Décio Elói Siebert, representante do IPAC; Sra. Alessandra Panizi de Souza, representante do INSTITUTO CREATIO; Sra. Josita Correto da Rocha Priante, representante do COORIMBATÁ; Sra. Marly Batista Aguiar, representante da ARPCA. O Secretário Executivo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e informando aos conselheiros que o Presidente do Conselho não estaria presente porque o mesmo se encontra em uma reunião em Brasília. Em seguida o Secretário Executivo apresentou a pauta da reunião para os conselheiros e colocou em votação a Ata da 15ª Reunião Ordinária do CEHIDRO, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade a pauta, o Secretário Executivo informou aos conselheiros que o Plano de Trabalho Anual (PTA) da SURH encontra-se em fase de encerramento e que a Secretaria Executiva levantou a possibilidade de ser realizada uma reunião no interior do Estado, como forma de divulgar o conselho. Ponderou que pensou-se inicialmente em realizá-la em Rondonópolis, pois foi a bacia eleita como prioritária e que a SEMA arcaria com os custos de deslocamento dos conselheiros e da realização da mesma, mas que é necessário um posicionamento da Plenária quanto a isso. A

35 conselheira Josita Priante questionou se a Reunião seria divulgada para a população  
36 local, sendo respondida pelo Secretário Executivo que será feita a divulgação, destacando  
37 ainda que a pauta da reunião seria a mesma que é nas reuniões realizadas em Cuiabá. A  
38 conselheira Marly Aguiar colocou que a idéia é ótima poderia ser realizada até mesmo  
39 mais de uma reunião. O Secretário executivo ponderou que as reuniões teriam que ser  
40 feitas em cidades onde a SEMA possua sedes regionais, para auxiliarem na organização  
41 das reuniões e que deve ser levado em consideração também o custo de realização  
42 destas reuniões bem como o tempo necessário para o deslocamento dos conselheiros até  
43 o local, que poderia inviabilizar reuniões em locais mais distantes. A conselheira  
44 Alessandra Panizi sugeriu que fosse realizada no máximo duas reuniões, a primeira de  
45 forma experimental, em vista de toda a questão da logística e do deslocamento,  
46 destacando ainda que o CONSEMA, que realiza reuniões mensais e não bimestrais como  
47 o CEHIDRO, faz somente uma reunião no interior por ano. O Secretário Executivo sugeriu  
48 então que fosse colocado no PTA do ano que vem a realização de duas reuniões, com  
49 locais a definir em momento oportuno, o que foi aprovado pelos conselheiros. Dando  
50 continuidade, o Secretário Executivo colocou aos conselheiros que o 8º Seminário  
51 Estadual de Recursos Hídricos será realizado no Hotel Fazenda Mato Grosso, do dia 15  
52 ao dia 17 de outubro, sendo no dia 15 a abertura no período noturno. A intenção era o  
53 lançamento do PERH ser feito durante a cerimônia de abertura do seminário, mas devido  
54 ao falecimento de um dos consultores, houve um atraso na entrega do mesmo. Ponderou  
55 que é de grande importância a participação dos conselheiros neste seminário, para a  
56 própria divulgação do Conselho, colocando ainda que durante o seminário serão  
57 distribuídos folders sobre o CEHIDRO e exposto banner sobre as realizações do mesmo.  
58 Em seguida o Secretário Executivo informou aos conselheiros que ocorrerá no Rio de  
59 Janeiro o Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica, no período de 10 a 14 de  
60 novembro, complementando que a SEMA irá disponibilizar três vagas em ônibus fretado  
61 para os conselheiros participarem do evento, sendo que o mesmo partirá no dia 07 de  
62 novembro a noite e tem data prevista de retorno para o dia 16. Colocou aos conselheiros  
63 que neste evento os comitês de bacia do Brasil inteiro se reúnem e que neste ano  
64 ocorrerá oficialmente a reativação do RELOB – Rede Latino Americana de Organismos de  
65 Bacia e uma reunião dos órgãos gestores de recursos hídricos. Destacou que é um  
66 encontro focado em o que é o comitê de bacia e como funciona, para divulgar a gestão  
67 participativa. Ponderou que o custo da viagem correrá por conta do participante ou da  
68 instituição representada, sendo fornecido pela SEMA somente o transporte, e que a data

69 limite para se inscrever será no dia 03 de outubro, sendo maiores informações enviadas  
70 por e-mail aos conselheiros. Colocou ainda aos conselheiros que concomitantemente  
71 estarão acontecendo outros eventos no Rio de Janeiro, sendo necessário efetuar o  
72 pagamento de um sinal para o hotel até o dia 15 e que no Rio o deslocamento será feito  
73 por metrô. A conselheira Josita Priante questionou se a despesa com hotel será por conta  
74 da pessoa, ao que o Secretário Executivo respondeu positivamente. A conselheira  
75 Ildisneya Dambros questionou se seria gratuito o transporte apenas para as três  
76 primeiras, sendo cobrado dos demais que se interessassem, ao que o Secretário  
77 Executivo respondeu que não será cobrado o transporte de nenhum dos passageiros,  
78 mas a limitação de três pessoas é devido ao número de vagas no ônibus. Em seguida, o  
79 Secretário Executivo informou aos conselheiros que o Ministério do Meio Ambiente,  
80 através do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, publicou o livro “Conjunto  
81 de Normas legais- Recursos Hídricos” e a Secretária do Conselho solicitou ao CNRH  
82 cópias para distribuir aos conselheiros, e solicitou que os conselheiros após o término da  
83 reunião peguem o seu. Dando continuidade a pauta, o Secretário Executivo colocou aos  
84 conselheiros que está em discussão na Assembléia Legislativa o projeto de lei nº  
85 460/2008, que trata da concessão de diárias a membros de conselhos estaduais, o que  
86 inclui o CEHIDRO. Destacou que o projeto já foi aprovado em primeira votação devendo  
87 passar por mais um turno de votação e que o mesmo limita a dez diárias por mês por  
88 conselho. A conselheira Alessandra Panizi perguntou se as diárias seriam concedidas  
89 para os conselheiros que vem do interior participar da reunião ou somente quando os  
90 mesmos se ausentarem para representar o conselho, sendo respondida pelo Secretário  
91 Executivo que somente será concedida para os conselheiros que forem representar o  
92 Conselho. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que seria interessante pensar em  
93 conceder diárias ou ajuda de custo para os conselheiros do interior que se deslocam para  
94 participar das reuniões, uma vez que isto acarreta em gastos, entretanto o Secretário  
95 Executivo colocou que para isto existe no CONSEMA o jeton, que é uma ajuda de custo  
96 para os conselheiros, entretanto o mesmo foi considerado ilegal e esta sendo cogitado  
97 sua retirada. Em seguida o Secretário Executivo colocou em discussão a Resolução  
98 número 19, que trata dos procedimentos para análise dos processos pelo CEHIDRO e  
99 passou a palavra a Secretária do CEHIDRO, que explicou aos conselheiros que a  
100 resolução apresentada é a mesma da ultima reunião, somente sendo feito o sorteio da  
101 ordem das entidades que farão a relatoria e que foram acrescentados o artigo 4º e seu  
102 parágrafo único. Destacou ainda que quanto ao pedido de vistas, questionado na última

103 reunião, é tratado no regimento interno do CEHIDRO. A conselheira Josita Priante  
104 perguntou ao Secretário Executivo porque é citado somente a dispensa de EIA/RIMA em  
105 áreas superiores a 500 hectares, ao que o mesmo respondeu que este limite é citado na  
106 legislação. A conselheira Josita Priante questionou se os conselheiros terão apoio em  
107 eventuais dúvidas durante a análise dos processos, ao que o Secretário Executivo  
108 respondeu positivamente, destacando que esta é uma função da Secretaria Executiva  
109 para que os conselheiros possam dar seu voto com real conhecimento do objeto em  
110 discussão. Colocou aos conselheiros que o primeiro processo será encaminhado,  
111 segundo ordem citada na resolução, para a COORIMBATÁ e o segundo para o IPAC,  
112 devido a ausência de representantes da AMM na reunião, destacando que a AMM  
113 somente fará a relatoria quando se iniciar novamente a ordem citada. Colocou ainda aos  
114 conselheiros que deve ser marcada uma reunião extraordinária para a votação dos  
115 mesmos, uma vez que não podem esperar até a próxima reunião ordinária, e colocou que  
116 a sugestão da Secretaria Executiva é que a mesma seja realizada no dia 09 de outubro. O  
117 conselheiro Alexandre Silveira questionou se poderia ser em outra data, sendo sugerido  
118 pela conselheira Alessandra Panizi que fosse no dia 07 de outubro, terça feira, as 14h, o  
119 que foi aprovado pelos conselheiros. O secretário Executivo colocou em votação a  
120 Resolução n° 19, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Dando continuidade, o  
121 Secretário Executivo colocou aos conselheiros que o próximo item da pauta trata da  
122 aprovação da Moção n° 05, solicitando que a SEMA notifique as Operadoras do Serviço  
123 de Saneamento Ambiental no Estado para que as mesmas licenciem seus Sistemas de  
124 Tratamento de Água e Esgoto, conforme havia sido solicitado pelo Secretário Adjunto.  
125 Informou aos conselheiros que a SANECAP solicitou um espaço para manifestação, e  
126 que como o tema é o mesmo da moção, o momento seria oportuno, e com a  
127 concordância dos conselheiros passou a palavra á conselheira Eliana Rondon, Presidente  
128 da SANECAP. A conselheira iniciou a sua explanação falando aos conselheiros que  
129 desde 2005 a SANECAP vem se esforçando para fazer o licenciamento de suas estações  
130 de tratamento e que encontra-se tranqüila com o cumprimento da legislação ambiental e  
131 que existe a consciência que a empresa trata da coisa mais sagrada, que é a água de que  
132 todos necessitamos. Colocou que apesar de todo este esforço, hoje a SANECAP  
133 recebeu, de uma jornalista de um jornal local, perguntas referentes a um laudo de vistoria  
134 da SEMA o qual a SANECAP não teve acesso. Colocou ainda que foi publicada uma  
135 matéria intitulada “Laudo aponta falhas em estação de água e esgoto”, no jornal Folha do  
136 Estado no dia de hoje, tratando deste mesmo laudo, destacando que é lamentável que

137 todo um trabalho seja jogado fora por uma questão política e não podemos admitir que a  
138 SEMA e os técnicos sejam usados desta forma para fins que não condizem com a  
139 finalidade do órgão. Afirmou aos conselheiros que todas as estações encontram-se  
140 licenciadas e apresentou as licenças de operação (LO) n° 2315/2007, referente à ETA II  
141 São Sebastião; LO n° 2310/2007, referente a ETA Tijucal; LO n° 2343/2007, referente a  
142 ETA Ribeirão do Lipa; LO n° 2305/2007, referente a ETA CoopHEMA; licenças de  
143 operação n° 2806/2007, referente a ETA Parque Cuiabá; LO n° 2311/2007, referente a  
144 ETE Tijucal; LO n° 0270/2008, referente a ETE Morada do Ouro; LO n° 2316/2007,  
145 referente a ETE Lagoa Encantada; licenças de instalação (LI) n° 231416/2007, referente  
146 a Sub-Bacia 15; LI n° 1231/2007, referente a Sub-Bacia 14; LI n° 1415/2007, referente a  
147 Sub-Bacia 21; LI n° 1431/2007 e licença prévia (LP) n° 1431/2007, referente ao Coletor  
148 Tronco do Barbado; LP n° 0642/2008, LI n° 0641/2008 e LO n° 1060/2008, referentes a  
149 ETE Dom Aquino; LP n° 2112/2007 e LI n° 2041/2007, referente ao Coletor Tronco  
150 Gumitá; LP n° 0027/2008 e LI n° 0021/2008, referente ao esgotamento Renascer; LP n°  
151 2046/2007 e LI n° 1999/2007, referente a ETE Jardim Universitário. Colocou ainda que  
152 queria deixar registrado que diante de uma reportagem desta, temos que nos manifestar e  
153 destacou que todas as licenças liberadas serão apresentadas. O conselheiro José Ferraz  
154 colocou que gostaria de deixar registrado que a Eletronorte faz um trabalho de hortas  
155 comunitárias embaixo de linhas de transmissão de energia e a SANECAP tem sido  
156 parceira neste projeto instalando prontamente os pontos de água necessários,  
157 agradecendo e parabenizando-a publicamente pelo seu auxílio. O Sr. Manoel Palma,  
158 representando a Secretaria de Administração do Estado, colocou que existe uma outra  
159 reportagem que merece ser discutida pelo Conselho, informando aos conselheiros que  
160 existe um decreto que trata da responsabilidade da SAD sobre o uso do solo no Centro  
161 Político Administrativo, entretanto está ocorrendo a captação de água na Lagoa Paiaguás,  
162 que fica no interior do Centro Político Administrativo, mas não é função da SAD controlar  
163 a captação de água, sendo necessário um posicionamento do conselho quanto a isso. O  
164 Secretário Executivo informou aos conselheiros que o próximo item da pauta é justamente  
165 relacionado a captação de água na Lagoa Paiaguás. A conselheira Telma Monteiro  
166 destacou que a SES, durante o desenvolvimento do Programa Vigiagua, não teve  
167 nenhum inconveniente com a SANECAP, principalmente durante a gestão da professora  
168 Eliana, e que a mesma está buscando atender as exigências do programa,  
169 desenvolvendo um trabalho conjunto neste sentido. O Sr. Édio, funcionário da SANECAP,  
170 questionou ao conselheiro José Ferraz quem está arcando com os custos da água para

171 as hortas comunitárias, ao que o conselheiro respondeu que estão sendo criadas  
172 associações e cooperativas de produtores, para assumir tanto a conta de água quanto a  
173 conta de luz, que eles utilizam na conservação das hortaliças. A conselheira Josita Priante  
174 questionou se os outros municípios serão avisados, uma vez que a moção nº 05 tem  
175 alcance estadual, ao que o Secretário executivo respondeu que a moção será  
176 encaminhada á Superintendente de Indústria, Comércio, Mineração e Serviços para que  
177 ela notifique os demais municípios a se licenciarem. O Secretário Executivo questionou se  
178 alguém teria alguma contribuição para a Moção nº 05, ninguém se manifestando colocou  
179 em votação e a mesma foi aprovada. O Secretario Executivo questionou a conselheira  
180 Eliana Rondon se a questão levantada pela SANECAAP deve constar em ata somente ou  
181 está se solicitando uma manifestação do CEHIDRO, ao que foi respondido pela  
182 conselheira que gostaria que a Plenária do conselho apoiasse a SANECAAP, pelo trabalho  
183 feito. O conselheiro Alexandre Silveira questionou se seria possível fazer uma alteração  
184 no texto da Moção nº 05, para divulgar o apoio, ao que a conselheira Telma Monteiro  
185 ponderou que a moção possui outro foco. A conselheira Edenir Serigatto questionou se a  
186 moção é publicada, ao que a Secretária do Conselho respondeu negativamente. A  
187 conselheira ponderou então que o apoio deve chegar até a população em geral,  
188 colocando que poderia ser feita uma manifestação pública, afirmando que o Conselho que  
189 trata do assunto em questão apóia a SANECAAP. A conselheira Eliana Dorez questionou  
190 se a fonte da reportagem era citada, ao que foi respondida pela conselheira Eliana  
191 Rondon negativamente. A conselheira Marly Aguiar ponderou que como membro do  
192 Conselho não sente segurança para ser favorável ou contrária a matéria, colocando que  
193 deve constar em ata que a SANECAAP apresentou a documentação ao Conselho e a  
194 própria SEMA pode emitir uma certidão de regularidade, complementando que não é  
195 possível o Conselho se manifestar sem fazer no mínimo uma vistoria e um relatório  
196 técnico. O conselheiro Alexandre Silveira colocou que concorda com a conselheira Marly  
197 Aguiar, não compete ao CEHIDRO tomar uma atitude, mas deve constar na ata desta  
198 reunião que os documentos foram apresentados, sendo complementado pela conselheira  
199 Cínthia de Castro - IBAMA que a mesma não sente segurança para se posicionar pois  
200 não conhece as condicionantes das licenças. O Secretário Executivo ponderou que pode  
201 ser feito um ofício encaminhando ao Secretário os documentos apresentados. A  
202 conselheira Eliana Rondon colocou que o repúdio apresentado é quanto a divulgação de  
203 dados antes do interessado ser informado, o que é uma situação grave. Complementou  
204 que a SANECAAP continuará informando que não recebeu o relatório e que defenderam

205 isto publicamente junto ao CEHIDRO. A conselheira Marly Aguiar colocou que poderia  
206 ser feita uma nota de repúdio por ter sido publicado sem dar conhecimento ao  
207 interessado. O Secretário Executivo colocou que entende a situação da SANECAP, pois  
208 viveu situação parecida durante a Operação Curupira, lembrando também que os jornais  
209 publicam o que vende, nem sempre é totalmente realidade. Complementou colocando  
210 que a Secretaria Executiva fará um ofício ao Secretário informando-o da situação. Passou  
211 em seguida ao próximo ponto da pauta, colocando aos conselheiros que a Lagoa  
212 Paiaguas atualmente é um ponto de captação de água, diversas empresas e órgão  
213 públicos captam água lá para os mais diversos fins. Apresentou fotos tiradas do local,  
214 mostrando a captação de água dos diversos caminhões, bem como a situação do local.  
215 Colocou que devido a grande captação de água, durante o período de seca, o nível da  
216 água da lagoa reduziu consideravelmente, o que impede o fluxo de água a jusante, e por  
217 isso está sendo proposta uma Moção solicitando a proibição de captação de água na  
218 Lagoa. A conselheira Josita Priante questionou se estava se tratando da Lagoa Paiaguas  
219 ou da Lagoa do CPA, ao que o Secretário executivo respondeu que se tratam da mesma  
220 lagoa, localizada na frente da Assembléia Legislativa, no Centro Político Administrativo. O  
221 conselheiro Alexandre Silveira questionou se existe algum tipo de regulamentação para a  
222 captação, sendo respondido pelo Secretário Executivo que a regulamentação existente é  
223 a outorga, entretanto ela é dada a uma pessoa por ponto de captação, e são varias  
224 pessoas que captam lá, não podemos restringir apenas a uma. O conselheiro Alexandre  
225 Silveira sugeriu que a outorga não tratasse de um ponto específico. A conselheira Edenir  
226 Serigatto questionou qual o uso da água captada, sendo respondida pelo Secretário  
227 Executivo que elas possuem os mais diversos usos, desde construção civil até para  
228 molhar os canteiros do centro político, sendo complementado pela conselheira Telma  
229 Monteiro que existem denúncias de captação de água na lagoa inclusive para o consumo  
230 humano. A conselheira Edenir Serigatto ponderou que a lagoa já é uma área  
231 extremamente impactada e que a mesma ira secar, mesmo com a proibição da captação  
232 de água e sugeriu que fosse proibida a captação durante todo o ano, não somente na  
233 época de seca. O Sr. Manoel Palma colocou que existe um levantamento de que são  
234 retirados da lagoa cerca de 20 caminhões por dia, sendo ponderado pelo Sr Édio que não  
235 pode ser totalmente proibida a captação por existe o projeto quadrante, para o combate  
236 de queimadas, que necessita captar água em situações emergenciais. A conselheira  
237 Marly Aguiar questionou se existe outro ponto de captação possível, sendo respondida  
238 pelo Secretaria Executivo que existe outro ponto de captação no rio Cuiabá, ao que a

239 conselheira ponderou que já que existe outro ponto de captação, deve ser proibida a  
240 captação durante todo o ano. A Sra Ellen Pantoja, Gerente de Outorga, colocou que a  
241 intenção é que seja proibida a captação agora, até que seja feito um estudo de viabilidade  
242 da captação na lagoa e uma proposta de regularização da mesma. A conselheira Marly  
243 Aguiar colocou que ali é um local de grande beleza, sendo impróprio a captação no local,  
244 ao que a Sra Ellen Pantoja ponderou que existem os usos emergenciais, como incêndios,  
245 que não podem ser proibidos. A conselheira Edenir Serigatto sugeriu que fosse colocado  
246 como um caso específico este tipo de emergência. O Sr. Fabiano Rocha ponderou que  
247 existe a proposta de se criar um parque no local, e que deveria ser totalmente proibido até  
248 para apoiar a implantação do parque. O Secretário Executivo colocou aos conselheiros  
249 que existem duas propostas, a primeira sendo a proibição total da captação de água e a  
250 segunda a proibição da captação de água até a realização de um estudo da viabilidade.  
251 Em seguida colocou em votação, sendo cinco votos para a proibição total da captação e  
252 cinco votos para a proibição da captação até que seja realizado o estudo. Conforme  
253 preconizado no Regimento Interno, o voto de desempate coube ao Secretário Executivo,  
254 o qual presidia a reunião, o qual decidiu pela proibição até que seja realizado o estudo,  
255 ponderando aos conselheiros que acredita que o estudo irá comprovar a inviabilidade da  
256 coleta no local, mas que será uma decisão melhor embasada tecnicamente. A conselheira  
257 Marli Aguiar questionou quem realizará este estudo de viabilidade, sendo respondida pelo  
258 Secretário executivo que o mesmo será realizado pela Gerência de Outorga em conjunto  
259 com a Gerência de Laboratório da SEMA, sendo complementado pelo conselheiro  
260 Alexandre Silveira que ele e os alunos de mestrado em recursos hídricos da UFMT tem  
261 interesse em participar do estudo, colocando-se a disposição. Dando continuidade a  
262 pauta, o Secretário Executivo colocou aos conselheiros que o conselheiro Caetano Grossi  
263 questionou o valor máximo de captação citado no parágrafo 1º do artigo 6º da Resolução  
264 nº 12, sendo complementado pela secretária do CEHIDRO que o questionamento dele se  
265 refere especificamente ao valor máximo de captação de 8.640 l/dia, ser divergente do  
266 valor total de captação permitido caso a captação seja realizada durante 24 horas, que  
267 daria um total de 25.920 l/dia. Destacou ainda que esse valor máximo de captação se  
268 refere a uma captação de 8 horas diárias, e não 24 horas como calculado pelo  
269 conselheiro Caetano Grossi. O conselheiro Decio Siebert ponderou que existem locais  
270 onde se tem a captação para empresas agrícolas, para caminhões de combate a  
271 incêndio, que sendo carregado somente uma vez já ultrapassa este volume. O Secretário  
272 Executivo colocou que esta questão foi levantada também pela SEMA, no caso do



273 núcleos agrícolas, onde esta captação não conseguiria suprir a necessidade diária de um  
274 núcleo com 50 pessoas, entretanto ponderou-se que nestes casos normalmente se tem  
275 mais de um local de captação para suprir o núcleo, sendo portanto a SEMA contrária a  
276 ampliação do volume de captação. A sra. Ellen Pantoja ponderou que quando a captação  
277 é para combate a incêndios é emergencial e não cabe outorga, mas quando for utilizada  
278 para outra finalidade como na indústria, deve ser feita uma outorga para vários pontos. A  
279 conselheira Marly Aguiar colocou que quando se vai fazer a aplicação de defensivos  
280 agrícolas é necessário se captar água e colocar em caminhões pipa, questionando se  
281 neste caso seria uma captação insignificante, ao que o Secretário executivo respondeu  
282 que acredita que sim, uma vez que é uma captação esporádica. A conselheira ponderou  
283 então que o problema é a forma que é feita a coleta, sujeita a contaminação de óleo e  
284 outras coisas, temos que ter uma definição do CEHIDRO com relação a isso. Colocou  
285 ainda que outra questão que precisa ser discutida é com relação aos barramentos para a  
286 piscicultura, que está sendo licenciado, sendo respondida pelo Secretário Executivo que o  
287 licenciamento é regularizado pela SUIMIS, mas que estão sendo regularizados apenas os  
288 empreendimentos que se encontram fora da Área de Preservação Permanente – APP,  
289 pois a lei é bem clara quanto a proibição da supressão da APP e depósito de material  
290 inerte no leito do rio. A conselheira Marly Aguiar ponderou então que as pessoas ficam  
291 em uma situação complicada, pois não se pode ter o barramento, mas é obrigatório fazer  
292 a área de proteção permanente (APP) do mesmo, sendo colocado pela conselheira  
293 Edenir Serigatto que quando a barragem encontra-se consolidada, tem que ser feita a  
294 APP, pois a mesma que mantém o barramento. O Secretário Executivo questionou aos  
295 conselheiros quanto ao posicionamento dos mesmos em relação a questão levantada  
296 pelo conselheiro Caetano Grossi, sendo sugerido pelo conselheiro Alexandre Silveira se  
297 melhorar a redação do parágrafo 1º, para ficar mais claro. A sra. Ellen Pantoja sugeriu  
298 que fosse colocado o volume anual de captação em vez do volume diário, pois neste caso  
299 estariam incluídos os caminhões. O conselheiro Décio Siebert questionou o porque da  
300 vazão de captação ser 0,15%, sendo respondido pela Sra. Ellen Pantoja que esta foi uma  
301 sugestão da ANA – Agência Nacional de Águas, destacando que é inovador na legislação  
302 este rateamento entre rios com vazão maior de 200l/s e menor de 200l/s e que realmente  
303 o volume de captação é pequeno, porém esta é a intenção, já que é um uso considerado  
304 insignificante, sendo complementada pelo conselheiro Alexandre Silveira que realmente  
305 este não é o momento de revisão do volume. O conselheiro Décio Siebert sugeriu que  
306 fosse colocado volume mensal no lugar de volume diário, sendo complementado pela sra.

Ellen que fosse colocado o valor total mensal como sendo a captação de 8.640 litros por dia, correspondente a 8 horas de captação, durante 30 dias. A Secretária do CEHIDRO colocou que na próxima reunião será apresentada uma minuta de resolução com esta alteração. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 39min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

---

**LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN**

Presidente do CEHIDRO

---

**LUIZ HENRIQUE M. NOQUELLI**

Secretário Executivo do CEHIDRO

*\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 14/10/2008.*

*\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*